

BBD Participações S.A.

CNPJ 07.838.611/0001-52
Sede: Cidade de Deus, Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. às Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade registrou Lucro Líquido de R\$ 477.388 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 4.504.927 mil,

Ativos Totais de R\$ 8.075.826 mil e deliberou aos acionistas o montante de R\$ 44.100 mil a título de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais							
	Nota	2022	2021		Nota	2022	2021
Ativo				Passivo e Patrimônio Líquido			
Circulante		451.520	85.847	Circulante		294.210	356.083
Caixa e Equivalentes de Caixa.....	7	197.546	85.847	Impostos e Contribuições a Recolher.....	17d	2.512	1.107
Juros sobre o Capital Próprio a Receber.....	16a	253.974	-	Juros sobre o Capital Próprio a Pagar.....	12e	13.600	9
				Obrigações por Recompra de Ações.....	9	277.915	354.726
				Outras Obrigações.....		183	241
Não Circulante		7.624.306	7.149.405	Não Circulante		3.276.689	2.998.206
Realizável a Longo Prazo		425.927	335.927	Provisão para Riscos Fiscais.....	11b	321.745	261.751
Depósitos Judiciais.....	11b	293.961	252.077	Obrigações por Recompra de Ações.....	9	403.568	464.644
Tributos a Compensar ou a Recuperar.....	17c	131.970	83.850	Outras Obrigações.....	10	2.551.376	2.271.811
Investimentos	8	7.198.375	6.813.478	Patrimônio Líquido		4.504.927	3.880.963
				Capital Social.....	12a	2.840.000	2.440.000
				Reserva de Capital.....		153.915	253.474
				Reservas de Lucros.....		2.958.679	2.925.391
				Ações em Tesouraria.....	12f	(1.429.764)	(1.809.048)
				Outros Resultados Abrangentes.....		(17.903)	71.146
Total		8.075.826	7.235.252	Total		8.075.826	7.235.252

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais			
	Nota	Exercícios Findos em 31 de dezembro	
		2022	2021
Receitas (Despesas) Operacionais		479.291	772.190
Resultado de Equivalência Patrimonial.....	8	809.824	879.633
Resultado Financeiro.....	15	(293.654)	(83.946)
Despesas Tributárias.....	13	(36.737)	(23.217)
Despesas Gerais e Administrativas.....	14	(142)	(280)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		479.291	772.190
Imposto de Renda e Contribuição Social	17a	(1.903)	-
Lucro Líquido do Exercício		477.388	772.190
Lucro Básico e Diluído por Ação em Número Médio Ponderado de Ações Atribuídas aos Acionistas (expresso em R\$ por ação)			
Lucro Básico e Diluído por Ação Atribuível aos Acionistas.....	12b	2,01	3,47

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais			
		Exercícios Findos em 31 de dezembro	
		2022	2021
Lucro Líquido do Exercício		477.388	772.190
Ajuste de Avaliação Patrimonial.....		(89.049)	(276.421)
Resultado Abrangente do Exercício		388.339	495.769

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais									
Eventos	Capital Social	Reserva de Capital - Resultado na Venda de Ações	Reserva de Lucros		Outros Resultados Abrangentes (Investidas)	Ações em Tesouraria (1.801.244)	Lucros Acumulados	Totais	
			Legal	Estatutária					
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.300.000	220.611	84.020	2.402.097	347.567				3.553.051
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	-	-	-	772.190	-	772.190
Ajuste de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	-	(276.421)	-	-	-	(276.421)
Resultados Abrangentes do Exercício									495.769
Aumento de Capital com Reservas.....	140.000	-	-	(140.000)	-	-	-	-	-
Aquisição de Ações em Tesouraria.....	-	-	-	-	-	(413.488)	-	-	(413.488)
Alienação de Ações em Tesouraria.....	-	32.863	-	-	-	405.684	-	-	438.547
Destinações: - Reservas.....	-	-	38.610	540.664	-	-	(579.274)	-	-
- Dividendos Pagos (Nota 12e).....	-	-	-	-	-	-	(43.100)	-	(43.100)
- Juros sobre o Capital Próprio Provisonados (Nota 12e).....	-	-	-	-	-	-	(149.816)	-	(149.816)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.440.000	253.474	122.630	2.802.761	71.146	(1.809.048)			3.880.963
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	-	-	-	477.388	-	477.388
Ajuste de Avaliação Patrimonial.....	-	-	-	-	(89.049)	-	-	-	(89.049)
Resultados Abrangentes do Exercício									388.339
Aumento de Capital com Reservas.....	400.000	-	-	(400.000)	-	-	-	-	-
Aquisição de Ações em Tesouraria.....	-	-	-	-	-	(348.754)	-	-	(348.754)
Alienação de Ações em Tesouraria.....	-	(99.559)	-	-	-	728.038	-	-	628.479
Destinações: - Reservas.....	-	-	23.869	409.419	-	-	(433.288)	-	-
- Dividendos Pagos (Nota 12e).....	-	-	-	-	-	-	(28.100)	-	(28.100)
- Juros sobre o Capital Próprio Provisonados (Nota 12e).....	-	-	-	-	-	-	(16.000)	-	(16.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.840.000	153.915	146.499	2.812.180	(17.903)	(1.429.764)			4.504.927

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A BBD Participações S.A. ("Sociedade") é uma empresa que tem por objeto exclusivo a participação no Capital Social do Banco Bradesco S.A. ("Bradesco"), da Bradespar S.A. ("Bradespar") e de outras sociedades que detenham, direta ou indiretamente, parcelas do Capital Social daquelas Instituições.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 28 de março de 2023.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Sociedade foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2022. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, valor recuperável de ativos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade atua, que é o Real (R\$). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados pela Sociedade para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional, certificados de depósitos bancários (CDB) e fundos de investimentos financeiros, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente convertíveis em dinheiro. A composição do caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 7.

c) Instrumentos financeiros

(i) Classificação dos ativos financeiros

A Sociedade aplica o CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9) que contém uma abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros, onde a entidade baseia-se tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

O CPC 48 classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR); e (iii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA - Patrimônio Líquido).

• Mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros mantido dentro do modelo de negócios, cujo propósito seja o de receber os seus fluxos de caixa contratuais, e os seus termos contratuais derem origem, exclusivamente, a pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

• Mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

São ativos mantidos pela Sociedade com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI (Solely Payment of Principal and Interest). Os instrumentos financeiros derivativos, também, são categorizados como VJR.

Teste SPPI: O Objetivo deste teste é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.

• Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a Outros Resultados Abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

(ii) Metodologia de apuração do valor de mercado

O valor de mercado dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação dos preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados não ativos ou outros dados, que são observáveis no mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida patrimoniais e taxas de câmbio para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos.

d) Investimentos

Os investimentos em sociedades controladas e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é reconhecido como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Sociedade e suas controladas e coligadas são eliminados na medida da participação da Sociedade e perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (impairment) do ativo transferido. A composição dos investimentos em controladas e coligadas estão apresentados na Nota 8.

Ágio (Goodwill)

O ágio, originado no processo de aquisição de investidas, é o excesso do custo de aquisição, em razão da participação da Sociedade, sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma investida na data da aquisição.

e) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

A Sociedade avalia, ao final de cada exercício, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e se for possível estimá-los com confiabilidade, a perda por impairment é reconhecida no resultado do período. Nos exercícios de 2022 e de 2021, não houve perda por impairment.

f) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- Provisões: são reconhecidas quando, como resultado de um evento passado, a Sociedade tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, que pode ser estimada de modo confiável, e é provável que uma saída de recursos será requerida para liquidar uma obrigação. Provisões são determinadas pela expectativa de fluxos de caixa futuros descontado a uma taxa prefixada a qual reflete a avaliação atual de mercado do valor monetário no tempo e os riscos específicos ao passivo. Na constituição das provisões, a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável;
- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito seja provável, são divulgados nas notas explicativas, quando relevantes;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

Os detalhamentos dos processos judiciais, bem como a movimentação dos valores registrados, por natureza, estão apresentados na Nota 11.

g) Patrimônio líquido

(i) Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Sociedade, pela quantidade da média ponderada de ações. O cálculo do lucro por ação básico está demonstrado na Nota 12b e não há fatores de diluição do lucro.

(ii) Juros sobre o capital próprio/dividendos

A distribuição de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos para os acionistas da Sociedade é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Sociedade. O cálculo dos juros sobre o capital próprio/dividendos está demonstrado na Nota 12e.

h) Imposto de renda e contribuição social

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas, é registrada na rubrica "Provisão para Impostos e Contribuições".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente, com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição social é constituída sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, estão apresentados na Nota 17.

i) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre e simultaneamente, quando se correlacionarem, independentemente, de recebimento ou pagamento. O resultado abrangente é apurado partindo do lucro líquido do período e incluindo os ajustes de avaliação patrimonial.

j) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base pro rata dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas em base pro rata dia).

k) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Os eventos subsequentes, quando aplicáveis estarão descritos na Nota 19.

4) ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS RELEVANTES

A apresentação das demonstrações financeiras, em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração pelos padrões de contabilidade emitidos pelo CPC, requer que a Administração da Sociedade formule julgamentos, estimativas e pressupostos que poderão afetar o valor dos ativos e passivos apresentados.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada período e nas ações que se planeja realizar, sendo permanentemente revistas com base nas informações disponíveis. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir à revisão nas estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir das estimativas.

As estimativas e os pressupostos significativos utilizados pela Administração da Sociedade estão assim apresentados:

Classificação e avaliação dos ativos financeiros

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. O tratamento contábil dos títulos que possuímos depende da respectiva classificação.

Estimamos o valor justo utilizando preços cotados de mercado, quando disponíveis. Observamos que o valor pode ser afetado pelo volume de ações negociadas e pode, também, não refletir os "prêmios de controle" resultantes dos acordos de acionistas. Entretanto, a Administração acredita que os preços cotados de mercado são os melhores indicadores do valor justo. Na determinação do valor justo, quando os preços cotados de mercado não estão disponíveis, há o julgamento da Administração, já que os modelos são dependentes de nosso julgamento com relação a que peso atribuir aos diferentes fatores e à qualidade das informações que recebemos. O julgamento deve determinar, inclusive, se um decréscimo no valor justo abaixo do custo atualizado de um título mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não é temporário, de maneira a exigir que seja possível reconhecer uma desvalorização do custo atualizado e que se possa refletir a redução como despesa. Para avaliar se uma desvalorização não é temporária, a Administração decide qual período histórico deve ser considerado e qual severa uma perda pode ser reconhecida. Esses métodos de avaliação podem levar a Sociedade a resultados diferentes, caso as suposições e estimativas utilizadas não se confirmarem posteriormente.

Provisões e passivos contingentes

As provisões contábeis são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevantes, e os classificados como remotas não requerem provisão e nem divulgação.

Monitoramos continuamente os processos judiciais em curso para avaliar, entre outras coisas: (i) sua natureza e complexidade; (ii) o desenvolvimento dos processos; (iii) a opinião dos nossos consultores jurídicos; e (iv) a nossa experiência com processos similares. Ao determinar se uma perda é provável e ao estimar seu valor, nós também consideramos:

- a probabilidade de perda decorrente de processos que ocorreram antes ou na data das demonstrações financeiras, mas que foram identificadas por nós após a data destas demonstrações, porém antes de sua divulgação; e
- a necessidade de divulgar os processos ou eventos que ocorrerem após a data das demonstrações financeiras, porém antes de sua divulgação.

5) PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

a) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2022:

- A Revisão de Pronunciamento Técnico nº 19, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), apresenta alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1) em decorrência de modificações aprovadas pelo IASB no documento do ciclo de melhorias 2018 - 2020 (Annual Improvements 2018 - 2020) e nas normas IAS

BBD Participações S.A.

CNPJ 07.838.611/0001-52
Sede: Cidade de Deus, Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Alterações do IFRS 16 - Arrendamentos. As mudanças, emitidas em setembro de 2022, preveem a adição de requisitos sobre como uma entidade contabiliza uma venda de um ativo e arrenda esse mesmo ativo de volta (*leaseback*), após a data inicial da transação. Em resumo, o vendedor-arrendatário não deve reconhecer nenhum ganho ou perda referente ao direito de uso retido por ele. As alterações entram em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024. A Sociedade está em processo de avaliação dos impactos.

6) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Sociedade não apresenta riscos significativos em suas operações próprias, exceto os riscos relacionados aos investimentos indiretos, do Bradesco e da Bradespar, os quais têm seu gerenciamento de risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez realizado pela Organização Bradesco ("Organização"), de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

8) INVESTIMENTOS

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial são demonstrados a seguir:

Empresa	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado	Quantidade de ações possuídas (em mil)	Participação no capital social %	Total dos investimentos		Ajuste decorrente de avaliação (2)	
						2022	2021	2022	2021
						Em 31 de dezembro			
Nova Cidade de Deus Participações S.A. ("Nova Cidade") (1) (3).....	13.100.000	27.574.461	3.172.414	189.425	26,071767	7.189.149	6.804.252	809.824	879.633
Ágio - Nova Cidade (4)	-	-	-	-	-	9.226	9.226	-	-
Total.....						7.198.375	6.813.478	809.824	879.633

(1) Dados relativos às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022;

(2) Considera os resultados apurados pelas investidas, incluindo variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado;

(3) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os principais ativos da Nova Cidade de Deus referem-se, basicamente, à sua participação acionária na Cidade de Deus (47,93%), Bradesco (0,14%) e na Bradespar (0,48%); e

(4) O ágio está fundamentado na mais-valia das ações.

9) OBRIGAÇÕES POR RECOMPRA DE AÇÕES

Obrigações por Recomprou de Ações, no Passivo Circulante, no montante de R\$ 277.915 (2021 - R\$ 354.726) e no Passivo não Circulante, no montante de R\$ 403.568 (2021 - R\$ 464.444), referem-se ao saldo pela aquisição de ações de própria emissão, mantidas em tesouraria.

10) OUTRAS OBRIGAÇÕES

Referem-se basicamente, a contratos de mútuo, acrescidos de 100% da variação do Depósito Interbancário - DI, no montante de R\$ 2.551.376 (2021 - R\$ 2.271.811), com vencimento em março de 2024.

11) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES FISCAIS

a) Ativos contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações fiscais

A Sociedade é parte em processos judiciais, de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas levando-se em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

Os principais processos referem-se a: (i) não inclusão, na base de cálculo do PIS e da Cofins, dos Juros sobre o Capital Próprio recebidos da investida; e (ii) a não tributação das receitas financeiras. O valor dos tributos relacionados às obrigações legais são apurados mensalmente, depositados em conta judicial e registrado na rubrica "Depósitos Judiciais", no montante de R\$ 293.961 (2021 - R\$ 252.077). A Administração da Sociedade entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

A Sociedade não possuía contingências civis e trabalhistas, classificadas como prováveis e possíveis, que deveriam ser provisionadas ou divulgadas, respectivamente, em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Movimentação das provisões

	2022	2021
No início do exercício	261.751	231.350
Atualizações monetárias.....	23.260	7.220
Constituição.....	36.734	23.181
No final do exercício.....	321.745	261.751

As provisões referentes às ações judiciais da Sociedade são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judicial brasileiro, razão pela qual não divulgamos a estimativa quanto ao cronograma de saída de benefícios econômicos.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Sociedade mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente, são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivado, se necessário, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Nos exercícios findos em 2022 e 2021 não houve processos contingentes avaliados com risco de perda possível.

12) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O Capital Social é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2022	2021
Ordinárias.....	107.283.917	91.949.110
Preferenciais.....	130.614.210	130.648.441
Subtotal - ações em circulação.....	237.898.127	222.597.551
Em tesouraria (ordinárias).....	47.346.860	62.681.667
Em tesouraria (preferenciais).....	23.831.923	23.797.692
Total do capital social em ações.....	309.076.910	309.076.910

Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária de 29 de abril de 2022, deliberou-se aumentar o Capital Social, no montante de R\$ 400.000, elevando-o de R\$ 2.440.000 para R\$ 2.840.000, sem emissão de ações, mediante a capitalização do saldo da conta "Reserva de Lucros - Estatutária".

b) Lucro por ação básico

O cálculo do lucro por ação básico, tendo como base a quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, não havendo fatores de diluição do lucro, cujos cálculos estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro	
	2022	2021
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores.....	477.388	772.190
Número médio ponderado de ações em circulação (milhares)	237.898	222.598
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas controladores (em Reais).....	2,01	3,47

c) Lucro por ação diluído

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

d) Reservas de lucros

(i) A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social;

(ii) A reserva estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado; e

(iii) Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações financeiras, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

e) Juros sobre o capital próprio e dividendos

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, que somados correspondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei Societária.

As ações preferenciais não possuem direito a voto, mas conferem a seus detentores todos os direitos e vantagens das ações ordinárias, além da prioridade assegurada pelo Estatuto Social no reembolso do capital.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	% (1)
Lucro líquido do exercício	477.388	
Reserva legal.....	(23.869)	
Base de cálculo ajustada.....	453.519	
Dividendos pagos (2).....	28.100	
Juros sobre o capital próprio (bruto) provisionados (2)	16.000	
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre capital próprio - 15% (3).....	(2.400)	
Total geral de juros sobre o capital próprio/dividendos (líquido) em 2022.....	41.700	9,19
Total geral de juros sobre o capital próprio/dividendos (líquido) em 2021.....	170.444	23,2

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio/Dividendos sobre a base de cálculo;

(2) Dividendos deliberados em 9 de junho de 2022 (pagos em 30 de junho de 2022) e Juros sobre o capital próprio deliberados em 28 de dezembro de 2022, pagos em 8 de março de 2023; e

(3) Refere-se ao imposto de renda retido na fonte sobre JCP de R\$ 16.000 deliberados em dezembro/22.

f) Ações em tesouraria

Até 31 de dezembro de 2022, foram adquiridas pelo custo médio de R\$ 20,09, e permanecem em tesouraria 47.346.860 (2021 - 62.681.667) ações ordinárias e 23.831.923 (2021 - 23.797.692) ações preferenciais, no montante de R\$ 1.429.764 (2021 - R\$ 1.809.048).

Em 2022, foram alienadas ações em tesouraria, pelo valor de R\$ 628.479 (2021 - R\$ 438.547), que gerou um prejuízo de R\$ (99.559) (2021 - Lucro de R\$ 32.863).

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente	Membros	DIRETORIA
Luiz Carlos Trabuco Cappi	Denise Aguiar Alvarez	Diretor-Presidente Luiz Carlos Trabuco Cappi
Vice-Presidente Milton Matsumoto	Carlos Alberto Rodrigues Guilherme Alexandre da Silva Glüher Maurício Machado de Minas	Diretor Vice-Presidente Milton Matsumoto
	Octavio de Lazari Junior Marcelo de Araújo Noronha André Rodrigues Cano Cassiano Ricardo Scarpelli Eurico Ramos Fabri	Diretor Carlos Alberto Rodrigues Guilherme

Marcelo da Silva Rego
Contador - CRC 1SP301478/O-1

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores

BBD Participações S.A.

Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da BBD Participações S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BBD Participações S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

7) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2022	2021
Certificados de Depósitos Bancários - CDB Fácil Bradesco (1).....	197.546	85.847
Total.....	197.546	85.847

(1) Esta aplicação financeira foi avaliada pela Administração à luz do CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e foi considerada como equivalente de caixa em função da sua essência que é o gerenciamento do caixa, inclusive contando com resgates automáticos diários. Conforme consta na Nota 3b, os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos. Em 2 de janeiro de 2023, a Sociedade alienou ações em tesouraria, gerando um caixa de R\$ 434.570, o qual foi aplicado em sua carteira de CDB.

13) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2022	2021
Cofins.....	30.400	19.181
PIS.....	6.334	4.000
IOF.....	-	33
Outras.....	3	3
Total.....	36.737	23.217

14) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2022	2021
Serviços prestados por terceiros	100	93
Editais e publicações	42	187
Total.....	142	280

15) RESULTADO FINANCEIRO

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2022	2021
Variação monetária de contratos de mútuo	(279.564)	(96.946)
Variação monetária sobre recompra de ações	(135.678)	(61.580)
Rendimento de ativos financeiros.....	46.920	7.926
Outros.....	74.668	66.654
Total.....	(293.654)	(83.946)

16) PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações.

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro									
	Controlador (1)		Coligadas (2)		Pessoal-chave da administração		Outras partes relacionadas (3)		Total	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Ativos										
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	-	-	-	-	197.546	85.847	197.546	85.847
Juros sobre capital próprio a receber	-	-	253.974	-	-	-	-	-	253.974	-
Passivos										
Juros sobre capital próprio a pagar	4.275	-	-	-	9.325	9	-	-	13.600	9
Obrigações por recompra de ações	-	-	-	-	681.483	819.370	-	-	681.483	819.370
Outras obrigações (Nota 10)	-	-	1.899.139	1.691.043	-	-	652.237	580.768	2.551.376	2.271.811

	Exercícios findos em 31 de dezembro									
	Controlador (1)		Coligadas (2)		Pessoal-chave da administração		Outras partes relacionadas (3)		Total	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Receitas/Despesas com Juros/Outras.....	-	-	(208.097)	(72.163)	(69.777)	(61.580)	(24.548)	(16.904)	(302.422)	(150.647)
Receitas/(Despesas) de juros sobre capital próprio.....	(5.030)	(50.540)	335.878	212.677	(10.970)	(99.276)	-	-	319.878	62.861

(1) NCD Participações Ltda. ("NCD");

(2) Nova Cidade; e

(3) Titanium Holdings S.A. ("Titanium") e Bradesco.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Os Administradores não recebem qualquer remuneração pelos cargos que ocupam nos órgãos da Sociedade.

17) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2022	2021	
Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social)	479.291	772.190	
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente (162.959)	(162.959)	(262.545)	
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:			
Participações em coligada, tributadas nas empresas correspondentes.....	275.340	299.075	
Despesas e provisões indedutíveis líquida de receitas não tributáveis	2.972	-	
Juros sobre o capital próprio (recebidos e a receber)	(114.198)	(72.310)	
Juros sobre o capital próprio (pagos e a pagar)	5.440	50.938	
Outros.....	(8.498)	(15.158)	
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(1.903)	-	

b) Créditos tributários

Os créditos tributários não registrados totalizam R\$ 134.512 (2021 - R\$ 130.654), os quais serão registrados quando apresentarem efetivas perspectivas de realização, de acordo com estudo técnico e análises elaboradas pela Administração.

c) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar, montante de R\$ 131.970 (2021 - R\$ 83.850), refere-se a imposto de renda do exercício atual e de exercícios anteriores.